

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Capital SP - Jardim Humaitá

CNPJ: 61.699.567/0068-08

Nota do Administrador



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer da Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2021. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da SPDM

| Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais   |                | Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais |            |              |
|--|----------------|--|------------|--------------|
| Ativo  | 2020           | 2019   | 2020       | 2019         |
| <b>Ativo Circulante</b>  | 7.366.944,20   | 4.438.224,19   |            |              |
| <b>Caixa e Equivalente de Caixa</b> (Nota 3.1/3.2)   | 811.544,47     | 1.243.849,31   |            |              |
| Bancos conta movimento (Nota 3.1.1)  | 479,93         | 2.245,77   |            |              |
| Aplicações Financeiras (Nota 3.2)  | 811.064,54     | 1.241.603,54   |            |              |
| Valores a Receber (Nota 3.3)   | 6.502.316,31   | 3.141.591,65   |            |              |
| Secret Direitos Pessoa com Deficiência (Nota 3.3.1)  | 6.502.316,31   | 3.141.591,65   |            |              |
| <b>Outros Créditos (Nota 3.4)</b>  | 30.887,45      | 35.084,62  |            |              |
| Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)  | 16.701,67      | 35.084,62  |            |              |
| Antecipação de Férias (Nota 3.4.2)   | 14.185,78      | 0,00   |            |              |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente</b> (Nota 3.4.3)   | 5.592,71       | 6.550,45   |            |              |
| Prêmios de seguros e outros a vencer   | 5.592,71       | 6.550,45   |            |              |
| <b>Estoques (Nota 3.5)</b>   | 16.603,26      | 11.148,16  |            |              |
| Materiais Utilizados no setor de nutrição  | 3.048,23       | 3.554,60   |            |              |
| Materiais de enfermagem/farmácia   | 3.446,30       | 736,29   |            |              |
| Materiais de almoxarifado  | 10.108,80      | 6.857,27   |            |              |
| <b>Ativo Não Circulante</b>  | 3.956.698,74   | 1.410.759,61   |            |              |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>  | 3.002.260,45   | 350.458,85   |            |              |
| Contratos Públicos a Receber (Nota 3.6)  | 3.002.260,45   | 350.458,85   |            |              |
| Valor Estimado-Rescisão de Contrato (Nota 3.6.1)   | -              | -  |            |              |
| <b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)</b>  | 954.438,29     | 1.060.300,76   |            |              |
| Imobilizado - Bens Terceiros   | 1.413.701,29   | 1.334.324,25   |            |              |
| Ajuste vida útil - bens terceiros - CTI (Nota 3.7.1)   | (459.263,00)   | (274.023,49)   |            |              |
| <b>Total do Ativo</b>  | 11.323.642,94  | 5.848.983,80   |            |              |
| <b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais</b>  |                |  |            |              |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   | 2020           | 2019   |            |              |
| <b>Superávit/Déficit do exercício/período</b>  | -              | -  |            |              |
| <b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>  | -              | -  |            |              |
| Depreciação e amortização  | -              | -  |            |              |
| Resultado na venda/líquida de ativos imobilizados  | -              | -  |            |              |
| Ajuste nas contas de Patrimônio Líquido  | -              | -  |            |              |
| <b>Varições nos ativos e passivos</b>  | -              | -  |            |              |
| (Aumento) Redução em contas a receber  | (3.360.724,66) | 1.922.737,50   |            |              |
| (Aumento) Redução outros créditos  | (2.647.604,34) | 1.654.941,11   |            |              |
| (Aumento) Redução de despesas antecipadas  | 957,74         | (2.803,00)   |            |              |
| (Aumento) Redução em estoques  | (5.455,10)     | 1.992,17   |            |              |
| (Aumento) Redução em fornecedores  | (16.669,19)    | (191.410,48)   |            |              |
| (Aumento) Redução nas doações e subvenções/Contrato de Gestão  | 5.490.867,43   | (3.876.638,86)   |            |              |
| (Aumento) Redução em contas a pagar e provisões  | 106.323,37     | (88.989,94)  |            |              |
| (Aumento) Redução de Bens de Terceiros   | (105.862,47)   | 425.602,49   |            |              |
| <b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>   | (538.167,31)   | (154.569,01)   |            |              |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>   | -              | -  |            |              |
| (+) Recebimento em venda de ativo imobilizado  | -              | -  |            |              |
| (-) Aquisições de Imobilizados   | -              | -  |            |              |
| (-) Adição de Bens de Terceiros  | 105.862,47     | (425.602,49)   |            |              |
| (-) Adição de Bens Intangíveis   | -              | -  |            |              |
| <b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>   | 105.862,47     | (425.602,49)   |            |              |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>   | -              | -  |            |              |
| Captação de Empréstimos/financiamentos   | -              | -  |            |              |
| (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures   | -              | -  |            |              |
| Juros pagos por empréstimos  | -              | -  |            |              |
| <b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>  | -              | -  |            |              |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa   | (432.304,84)   | (580.171,50)   |            |              |
| Saldo inicial de caixa e equivalente   | 1.243.849,31   | 1.824.020,81   |            |              |
| Saldo final de caixa e equivalente   | 811.544,47     | 1.243.849,31   |            |              |
| <b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 2019</b>  |                |  |            |              |
| <b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.</b> A Entidade, <b>SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina</b> é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966 e 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. <b>Características da Unidade Gerenciada:</b> O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá (SRLM Humaitá), anteriormente denominado Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual, é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. O SRLM Humaitá desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência visual, contemplando também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio. A partir da Resolução SEDPCD nº 18, de 12.11.2015, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 25 de julho de 2016, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão nº 013/2016 - Processo SEDPCD nº 145092/2015, no valor de R\$ 7.347.549,45 (Sete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) que tem por objeto a operacionalização da gestão e execução dos serviços para o desenvolvimento de atividades de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, pelo prazo de 24 meses, para o gerenciamento do Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual, e teve suas atividades iniciadas em 01.11.2016. Em 25 de julho de 2018 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 013/2016, no valor de R\$ 7.751.158,24 (Sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), tendo como objeto a prorrogação do vínculo contratual estabelecido no instrumento celebrado em 25 de julho de 2016, pelo prazo de mais 2 (dois) anos, expiando em 25 de julho de 2020. Em 12 de novembro de 2019 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao CG 013/2016, reduzindo em 2,8% o valor global do contrato, para R\$ 7.530.416,56 (Sete milhões, quinhentos e trinta mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos) e apresentando o novo plano de trabalho. Em 24 de julho de 2020 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao CG 013/2016, no valor de R\$ 9.551.516,02 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezesseis reais e dois centavos, tendo como objetivo a prorrogação do vínculo contratual estabelecido pelo instrumento celebrado em 25 de julho de 2016, sendo prorrogado para o prazo de 2 (dois) anos, expiando em 25 de julho de 2022. <b>1- Imunidade Tributária e Fiscal:</b> A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Em 01.11.2013 a SPDM foi qualificada como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através do despacho do secretário de 31.10.2013 conforme Processo SEDPCD-7022/2013, de modo a habilitar-se à celebração de contratos de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as recomendações contidas nos referidos |                |  |            |              |
| <b>2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteram artigos da Lei nº 6.404/16 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, à NBC TG de 21 de novembro de 2019 da nova redação a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TG 26 (R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. <b>2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - NBC T.2.1:</b> As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. <b>2.2 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá - Rua Galileo Emendabili, 99 - Jardim Humaitá - São Paulo - SP - CEP 05307-170 - CNPJ nº 61.699.567/0068-08. <b>3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:</b> Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. <b>3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:</b> Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos a vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.</b>  |                |  |            |              |
| <b>RS</b>  |                |  |            |              |
|  | 31/12/2020     | 31/12/2019   |            |              |
| Saldo em Bancos  | 479,93         | 2.245,77   |            |              |
| Aplicação Financeira de Curto Prazo  | 811.064,54     | 1.241.603,54   |            |              |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>   | 811.544,47     | 1.243.849,31   |            |              |
| Os recursos financeiros disponíveis para o SRLM Humaitá são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2020 o montante de R\$ 811.544,47 (oitocentos e onze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme demonstrado no quadro acima. <b>3.2 - Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas com sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. <b>Instituição</b>   |                |  |            |              |
| <b>Financeira</b>  | 31/12/2020     | 31/12/2019   |            |              |
| Banco do Brasil  | CDB DI         | 0,95%  | 811.064,54 | 1.241.603,54 |
| <b>Total</b>   | 811.064,54     | 1.241.603,54   |            |              |

**3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção de Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta correspondem a valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 013/2016, provenientes da SEDPCD.

**Valores à Receber segregado por recurso em 31.12.2020 (Em Reais)**

| Origem dos Recursos            | Vencidos            | A Vencer            | Total               |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Recurso Estadual - SEDPCD      | 1.628.350,63        | 4.873.965,68        | 6.502.316,31        |
| <b>Total Valores a Receber</b> | <b>1.628.350,63</b> | <b>4.873.965,68</b> | <b>6.502.316,31</b> |

Até o fim do exercício SEDPCD/C.G nº 019/2020, de 27/05/2020, a contratante informa que, para cumprir o disposto no Decreto Estadual 64.936, de 13/04/2020, que dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia da COVID-19, fará o congelamento das parcelas 18, 19, 20 e 21 do Contrato de Gestão 013/2016, **1º Termo Aditivo**, referente aos repasses de dezembro/2019, janeiro, fevereiro e março/2020, respectivamente, no importe de R\$ 1.256.636,64, parcelas essas que poderão ser redirecionadas no exercício seguinte. Há ainda a parcela da parcela 4, do 3º T.A, no valor de R\$ 371.713,99 que ainda não foi recebida pela unidade gerenciada.

**3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a fornecedores:** O valor da conta Adiantamento a fornecedores é referente à compra de benefícios para os funcionários, como vale transporte, vale refeição e vale alimentação, adquiridos antecipadamente para a próxima competência. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Despesas pagas antecipadamente:** São as despesas já pagas e que beneficiarão a empresa no exercício seguinte ao da data do encerramento do balanço. A despesa será apropriada conforme a competência. **3.5- Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de limpeza, de escritório e de nutrição, até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R\$ 16.603,26 (Dezesseis mil, seiscentos e três reais e vinte e seis centavos). A provisão para devalorização dos estoques é constituída, quando necessária, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 10 (R1) - Estoques).

**Valores em Reais**

|   | 31/12/2020       | 31/12/2019       |
|---|------------------|------------------|
| <b>Tipo</b>                               |                  |                  |
| Medicamentos/Material de enfermagem       | 3.446,23         | 736,29           |
| Materiais utilizados no setor de Nutrição | 3.048,23         | 3.554,60         |
| Material Cons Bens Móveis                 | 823,35           | 931,05           |
| Materiais de escritório                   | 6.007,37         | 4.650,29         |
| Materiais de Limpeza                      | 2.973,58         | 1.275,93         |
| Vestuário                                 | 304,50           | -                |
| <b>Total</b>                              | <b>16.603,26</b> | <b>11.148,16</b> |

**3.6-Valores a Receber - (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, no exercício de 2020, totalizando em R\$ 3.002.260,45 (Três milhões, dois mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos). **3.6.1 - Valores a Receber - Estimativa de Rescisão Contratual:** A entidade entende por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral do parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

| Descrição               | 31/12/2020 | 31/12/2019            |
|-------------------------|------------|-----------------------|
| Aviso Prévio Indenizado | -          | R\$ 187.162,13        |
| Multa 50% FGTS          | -          | R\$ 163.296,72        |
| <b>Total</b>            | <b>-</b>   | <b>R\$ 350.458,85</b> |

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da Cláusula nº 10, parágrafo terceiro, do Contrato de Gestão nº 013/2016 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.7-Imobilizado - Bens de Terceiros:** O Provisionamento Técnico CPF27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583/09 e tornado obrigatório pela Resolução CFC nº 1.177/09, define o Imobilizado como um ativo tangível que: (i) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (ii) se espera utilizar por mais de um ano. Os ativos registrados no Imobilizado representam os bens adquiridos na gestão da SPDM, a partir de 25.07.2016. O Imobilizado do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá é classificado como "bens de terceiros" de modo a atender a legislação. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma: **continua**

| Descrição                            | Posição em 31/12/2019 | Aquisição        | Baixa | Posição em 31/12/2020 |
|--------------------------------------|-----------------------|------------------|-------|-----------------------|
| Imobilizado - Bens de terceiros      | 1.334.324,25          | 79.377,04        | -     | 1.413.701,29          |
| <b>Bens Móveis</b>                   | <b>1.334.324,25</b>   | <b>79.377,04</b> | -     | <b>1.413.701,29</b>   |
| Apar Equip Utens Med Odont Lab       | 605.313,73            | 1.040,00         | -     | 606.353,73            |
| Equip Processamento de Dados         | 424.472,08            | 11.003,62        | -     | 435.475,70            |
| Mobiliário em Geral                  | 75.532,16             | 4.975,10         | -     | 80.507,16             |
| Maq. Utens e Equip Diversos          | 181.220,30            | 62.358,42        | -     | 243.578,72            |
| Aparelhos e Equip Comunicação        | 3.859,80              | -                | -     | 3.859,80              |
| Apar e Utens Domésticos              | 1.866,89              | -                | -     | 1.866,89              |
| Softwares                            | 30.159,30             | -                | -     | 30.159,30             |
| <b>Total Imobilizado - Terceiros</b> | <b>1.334.324,25</b>   | <b>79.377,04</b> | -     | <b>1.413.701,29</b>   |

**3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens móveis de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3,6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros.

| Descrição  | Posição em 31/12/2019 | Ajuste de vida útil | Posição em 31/12/2020 | Taxas anuais médias de Ajuste |
|--|-----------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------------|
| <b>Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens Móveis de Terceiros</b> | <b>(274.023,49)</b>   | <b>(185.239,51)</b> | <b>(459.263,00)</b>   | %                             |
| <b>Bens Móveis</b>   | <b>(274.023,49)</b>   | <b>(185.239,51)</b> | <b>(459.263,00)</b>   |                               |
| Apar Equip Utens Med Odont Lab   | (70.551,39)           | (68.587,11)         | (139.138,50)          | 10                            |
| Equip Processamento de Dados   | (15.946,79)           | (87,88)             | (16.034,67)           | 10                            |
| Mobiliário em Geral  | (35.382,19)           | (8.015,32)          | (23.962,11)           | 10                            |
| Máquinas Utens e Equip Diversos  | (2.280,70)            | (791,96)            | (3.072,66)            | 10                            |
| Aparelhos e Equip Comunicação  | (4.331,84)            | (1.367,92)          | (5.699,76)            | 10                            |
| Aparelhos e Utens Domésticos   | (5.315,16)            | (6.031,86)          | (11.347,02)           | 20                            |
| Softwares  | (274.023,49)          | (185.239,51)        | (459.263,00)          |                               |

**3.8 - Fornecedores:** Os valores contabilizados em Fornecedores são os relativos a compras efetuadas a prazo, ou seja, para pagamento futuro. A unidade gerenciada contabiliza na conta de Fornecedores o valor de R\$ 9.660,23 (nove mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e três centavos), referente a aquisição de materiais de consumo, estoque, bens e outros. **3.9 - Serviços de terceiros:** Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes de serviços, que suscitam a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.10 - Provisões trabalhistas:** Segundo pronunciamento do CPC PME (R1), Seção 21, a entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando: (a) A entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de evento passado; (b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação; (c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável. A entidade tem como prática provisionar os valores referentes a: (a) 3º salário e encargos. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a imunidade através do Processo tributário nº 0006.61.00.02795-7/SP, que suspendeu a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1% /mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.12 - Provisões trabalhistas:** Segundo pronunciamento do CPC PME (R1), Seção 21, a entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando: (a) A entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de evento passado; (b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação; (c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável. A entidade tem como prática provisionar os valores referentes a: (a) 3º salário e encargos.

| Descrição                  | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|----------------------------|------------|------------|
| Provisão de Férias         | 224.396,95 | 159.933,63 |
| Provisão de FGTS s/ Férias | 17.928,02  | 12.785,62  |

**3.13 - Impostos a Recolher:** O saldo desta conta representa os valores referentes à retenção na fonte de Imposto de Renda (R) pessoa física, de competência federal, sobre os salários ou rendimentos de funcionários e prestadores de serviço pessoa física, e a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal, sobre os rendimentos de prestadores de serviço pessoa física. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade acessória e existe sem qualquer vínculo com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. O saldo final a pagar em 2020 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 8.579,84 (Oito mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). **3.15 - Outras contas a pagar:** De acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e também a Resolução CFC nº 1.180/09, as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Estão incluídas também nessa conta outras obrigações a passivos que não constam de contas específicas e são pouco comuns ou esporádicas para a empresa. **3.16 - Convênio/Contratos públicos a Realizar:** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e IT 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2020 representa R\$ 6.802.658,60 (Seis milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos) e a longo prazo representa R\$ 2.020.240,45 (Dois milhões, dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos). **3.17 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2020, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 118.189,49 (cento e dezoito mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

| Passivo Contingência 2020 | Produção       |
|---------------------------|----------------|
| Trabalhista               |                |
| Provável.                 |                |
| 0,00                      | R\$ 118.189,49 |

**4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, entre conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de doações ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 17.507,60 (Dezesseis mil, quinhentos e sete reais e sessenta centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os valores dos custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e as despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parâmetrização do sistema contábil. **4.3 - Despesas Operacionais:** Os convênios firmados com pessoas físicas quanto a prestação de serviços, em que os recursos são destinados ao desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2020 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 247,80, doações estas que são pertinentes a mercadorias, itens para higiene pessoal e prevenção da COVID 19.

| Recitas                                | Custeio             | Investimento |
|--|---------------------|--------------|
| Repasses do Contrato / Convênio        | 3.188.530,91        | -            |
| Receitas Financeiras e Outras Receitas | 17.755,41           | -            |
| <b>Total das Receitas</b>              | <b>3.206.286,32</b> | <b>-</b>     |

| Despesas   | Custeio             | Investimento |
|--|---------------------|--------------|
| Despesas com Pessoal                               | 2.774.604,45        | -            |
| Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas | 953.340,70          | -            |
| <b>Total das Despesas</b>                          | <b>3.727.945,15</b> | <b>-</b>     |

**4.4 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a Associação recebeu Assistências Governamentais, conforme quadro abaixo:

| Contrato 013/2016 - SEDPCD  | RS                  |
|---|---------------------|
| 2º T.A. ao Contrato 013/2016 - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá | 1.884.954,96        |
| 3º T.A. ao Contrato 013/2016 - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Capital SP - Jardim Humaitá | 1.303.575,95        |
| <b>Total</b>  | <b>3.188.530,91</b> |

**5- Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com o apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anterior, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DNPL - Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2020 a 2019, respectivamente. **6- Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composta de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 3.392.337,72 (Três milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e sete centavos), e despesas de Outras Receitas no valor de R\$ 17.755,41 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 3.727.945,15 (Três milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 317.852,02 (Trezentos e dezesseite mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dois centavos). **7 - Das Disposições da Lei 12.101/09:** Para fins de atendimento da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 (Art. 18 Par. 2, Inc. I), alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e comprovação dos serviços prestados ou ações socioassistenciais, no atendimento e promoção da pessoa com deficiência e na sua inclusão, sem exigência de contrapartida da DV. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria permanentemente, a Entidade efetua contrapartida e seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

| Linha de Atendimento       | 2020 |
|----------------------------|------|
| Número de usuários         |      |
| N.º De Usuários Novos C DV | 66   |

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da SPDM  
**Denise Carmo de Almeida** - Controladora - CRC TSP 289.563/O-7  
**Dra. Yumi Kaneko** - Diretora Técnica

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Capital SP - Jardim Humaitá) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadas informações em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS de acordo com o artigo 11º da Resolução nº 1.231/09 do Conselho Federal de Contabilidade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria permanentemente, a Entidade efetua contrapartida e seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

| N.º De Usuários Novos S DV                              | 60  |
|---|---|
| N.º De Atendimento Serviço de Avaliação e Triagem       | 947   |
| N.º De Atendimento Orientação Familiar                  | 650   |
| N.º De Atendimento Apoio a Educação                     | 1.153                                       |
| N.º De Atendimento Apoio a Autonomia e Independência    | 2.785                                       |
| N.º De Atendimento Apoio a Inclusão no Trabalho         | 150   |
| N.º De Atendimento Lazer e Cultura                      | 511   |
| <b>Novo Plano de Trabalho a partir de setembro 2020</b> | <b>2020</b>                                 |
| <b>Programa Reabilitação Visual</b>                     | <b>191</b>                                  |
| Serviço de Avaliação                                    | N.º De Pessoas 504                          |
|   | N.º Atendimentos 191                        |
| Atendimento Terapêutico                                 | N.º De Pessoas em 440                       |
| Reabilitacional*  | Programa Reabilitação N.º Atendimentos 2030 |
| <b>Programa de Apoio à Inclusão</b>                     | <b>Realizado</b>                            |
| Apoio a Educação  | N.º De Pessoas 318                          |
|   | N.º Turmas 15                               |
|   | N.º Atendimentos 1807                       |
| Apoio ao Trabalho                                       | N.º De Pessoas (Entrevistas) 48             |
|   | N.º Currículum Analisado 104                |
| Ações Culturais, Recreativas e Lazer                    | N.º Atendimentos 226                        |
|   | N.º Atendimentos 630                        |
| Teleapoio   | N.º Atendimentos 405                        |

| 8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão     | Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020 | Contratado | Realizado        |
|---|--|------------|------------------|
| <b>Linha de Contratação - Janeiro a agosto 2020</b> |  |            | <b>Total</b>     |
| <b>Número de Usuários</b>                           |  |            | <b>Realizado</b> |
| Usuários Novos Matriculados com Def Visual          | 128  | 66         |                  |
| Usuários Novos Matriculados sem Def Visual          | 256  | 60         |                  |
| <b>Atividades Individuais</b>                       |  |            |                  |
| Orientação Familiar                                 | N.º Atividades 400                                 | 947        |                  |
| Apoio à Educação                                    | N.º Atividades 720                                 | 1153       |                  |
| Apoio à Autonomia e Independência                   | N.º Atividades 880                                 | 2785       |                  |
| Apoio à Inclusão no Trabalho                        | N.º Atividades 120                                 | 150        |                  |
| Lazer e Cultura                                     | N.º Atividades 480                                 | 511        |                  |

| Serviço de Avaliação                 | N.º De Pessoas                  | 64               | 191  |
|--------------------------------------|---------------------------------|------------------|------|
| Atendimento Terapêutico              | N.º Atendimentos                | 400              | 504  |
| Reabilitacional*                     | Programa Reabilitação           | 480              | 440  |
|                                      | N.º Atendimentos                | 1200             | 2030 |
| <b>Programa de Apoio à Inclusão</b>  | <b>Contratado</b>               | <b>Realizado</b> |      |
| Apoio a Educação                     | N.º De Pessoas 40               | 318              |      |
|                                      | N.º Turmas 8                    | 15               |      |
|                                      | N.º Atendimentos 624            | 1807             |      |
| Apoio ao Trabalho                    | N.º De Pessoas (Entrevistas) 48 | 48               |      |
|                                      | N.º Currículum Analisado 144    | 104              |      |
| Ações Culturais, Recreativas e Lazer | N.º De Pessoas 96               | 220              |      |
|                                      | N.º Atendimentos 480            | 636              |      |
| Teleapoio                            | N.º Atendimentos 200            | 405              |      |

| Recitas  | Custeio             | Investimento        |
|--|---------------------|---------------------|
| Repasses do Contrato / Convênio                    | 3.188.530,91        | -                   |
| Receitas Financeiras e Outras Receitas             | 17.755,41           | -                   |
| <b>Total das Receitas</b>                          | <b>3.206.286,32</b> | <b>-</b>            |
| <b>Despesas</b>                                    | <b>Custeio</b>      | <b>Investimento</b> |
| Despesas com Pessoal                               | 2.774.604,45        | -                   |
| Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas | 953.340,70          | -                   |
| <b>Total das Despesas</b>                          | <b>3.727.945,15</b> | <b>-</b>            |

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 17º, inciso I, do Decreto nº 7711/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentado pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de janeiro de 2018, a entidade protocolou o requerimento, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 749.098,85. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 615.785,81. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$505.821,64. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 111.161,76. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 121.195,28. **9.3 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acordo Público em 03/07/2019 pelo desembargador Marcelo Mesquita Saravira, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.02795-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade do PIS sobre a folha de pagamento. A isenção usufruída sobre o PIS, em 2019, foi de R\$ 8.845,82, o montante foi de R\$ 22.151,28. **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.916,09, em 2019 estes valores apurados foram de R\$ 2.154,10 e R\$ 1.411,99. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contrapartida e seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

| Linha de Atendimento       | 2020 |
|----------------------------|------|
| Número de usuários         |      |
| N.º De Usuários Novos C DV | 66   |

**Denise Carmo de Almeida** - Controladora - CRC TSP 289.563/O-7  
**Dra. Yumi Kaneko** - Diretora Técnica

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Capital SP - Jardim Humaitá) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadas informações em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS de acordo com o artigo 11º da Resolução nº 1.231/09 do Conselho Federal de Contabilidade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria permanentemente, a Entidade efetua contrapartida e seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

continuação Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulho, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.**

| <b>MRC Participações S.A.</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
|--|---|--|--|--|--|--------------------------------|----------------------------------|---|-------------|-------------|
| CNPJ/MF nº 05.062.355/0001-29 - NIRE 35.300.190.998  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais</b>  |   |  |  |  | <b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b>            |                                |                                  |   |             |             |
| Ativo  | Nota  | 2020                                     | 2019                                     | Passivo e Patrimônio Líquido                 | Nota   | 2020                           | 2019                             | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma |             |             |
| <b>Circulante</b>  |   |  |  | <b>Circulante</b>                            |  |                                |                                  | <b>Nota</b>   | <b>2020</b> | <b>2019</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa  |   | 316                                      | 306                                      | Partes relacionadas                          |  |                                | 107                              |   |             |             |
| Impostos a recuperar   |   | 24                                       | 18                                       | Dividendos a pagar                           | 4  |                                | 305.419                          | 5   | (415.839)   | 1.287.138   |
| Dividendos a receber   | 4   |  | 305.695                                  |  |  |                                | 305.526                          |   |             |             |
|  |   | 340                                      | 306.019                                  | <b>Patrimônio líquido</b>                    | 6  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Não circulante</b>  |   |  |  | Capital social                               |  | 7.584.730                      | 7.584.730                        |   |             |             |
| Investimentos  | 5   | 10.598.346                               | 10.153.266                               | Reservas de lucros                           |  | 1.793.281                      | 2.081.846                        |   | (417.323)   | 1.285.986   |
|  |   |  |  | Ajuste de avaliação patrimonial              |  | 1.220.675                      | 487.183                          |   | 26          | 95          |
|  |   |  |  |  |  | 10.598.686                     | 10.153.759                       |   |             | (107)       |
| <b>Total do ativo</b>  |   | <b>10.598.686</b>                        | <b>10.459.285</b>                        | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |  | <b>10.598.686</b>              | <b>10.459.285</b>                |   |             |             |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Em 1º de janeiro de 2019   | Nota  | Capital Social                           | Incentivos fiscais                       | Reserva de lucros legal                      | Reserva de lucros retida                     | Lucros (prejuízos) acumulados  | Ajustes de avaliação patrimonial | Patrimônio líquido  |             |             |
|  |   | 7.584.730                                | 2.620                                    | 348.718                                      | 1.053.493                                    |                                | 484.583                          | 9.474.144   |             |             |
| Lucro do exercício   |   |  |  |  |  | 1.285.976                      |                                  | 1.285.976   |             |             |
| Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto   |   |  |  |  |  |                                | 2.600                            | 2.600   |             |             |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>  |   |  |  |  |  | <b>1.285.976</b>               | <b>2.600</b>                     | <b>1.288.576</b>  |             |             |
| Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Reversão de dividendos deliberados   |   |  |  |  | 101.609                                      |                                |                                  | 101.609   |             |             |
| Perda no aumento de capital da Karmim  |   |  |  |  | (47.000)                                     |                                |                                  | (47.000)  |             |             |
| Constituição de reserva legal  | 6 c)  |  |  | 64.299                                       |  | (64.299)                       |                                  |   |             |             |
| Dividendos distribuídos  | 6 b)  |  |  |  | (358.151)                                    | (305.419)                      |                                  | (663.570)   |             |             |
| Retenção de lucros   |   |  |  |  | 916.258                                      | (916.258)                      |                                  |   |             |             |
| <b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>  |   |  |  |  | <b>64.299</b>                                | <b>612.716</b>                 | <b>(1.285.976)</b>               | <b>(608.961)</b>  |             |             |
| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b>   |   | <b>7.584.730</b>                         | <b>2.620</b>                             | <b>413.017</b>                               | <b>1.666.209</b>                             |                                | <b>487.183</b>                   | <b>10.153.759</b>   |             |             |
| Prejuízo do exercício  |   |  |  |  |  | (417.297)                      |                                  | (417.297)   |             |             |
| Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada   |   |  |  |  |  |                                | 733.492                          | 733.492   |             |             |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>  |   |  |  |  |  | <b>(417.297)</b>               | <b>733.492</b>                   | <b>316.195</b>  |             |             |
| Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Retenção de lucros   |   |  |  |  | (417.297)                                    | 417.297                        |                                  |   |             |             |
| Dividendos distribuídos  | 6 (b)   |  |  |  | (195.481)                                    | (195.481)                      |                                  | (195.481)   |             |             |
| Reversão de dividendos deliberados   |   |  |  |  | 305.419                                      | 305.419                        |                                  | 305.419   |             |             |
| Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSU/VSA  |   |  |  |  | 9.120  | 9.120                          |                                  | 9.120   |             |             |
| Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU/ VSA   |   |  |  |  | 9.674  | 9.674                          |                                  | 9.674   |             |             |
| <b>Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>  |   |  |  |  | <b>(288.565)</b>                             | <b>417.297</b>                 |                                  | <b>128.732</b>  |             |             |
| <b>Em 31 de dezembro de 2020</b>   |   | <b>7.584.730</b>                         | <b>2.620</b>                             | <b>413.017</b>                               | <b>1.377.644</b>                             |                                | <b>1.220.675</b>                 | <b>10.598.686</b>   |             |             |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>1. Considerações gerais</b>   | MRC Participações S.A. ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>2. Apresentação e apuração das demonstrações financeiras</b>  | A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>2.1. Base de apresentação</b>   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>2.2. Demonstrações financeiras individuais</b>  | As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente. |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas</b>   | As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>4. Partes relacionadas</b>  | relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(a) Caixa e equivalentes de caixa</b>   | Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(b) Investimentos</b>   | Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(c) Apuração do resultado</b>   | O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>5. Investimentos</b>  | As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionadas apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>6. Patrimônio líquido</b>   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(a) Capital social</b>  | O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(b) Dividendos</b>  | No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R\$ 95.731, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R\$ 99.750, correspondente a  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(c) Reserva legal e de retenção de lucros</b>   | A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>(d) Ajustes de avaliação patrimonial</b>  | A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   | Lucro antes do IRPJ e contribuição social (417.297) 1.285.976   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Equivalência patrimonial   | 415.839 (1.287.137)   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Variações nos ativos e passivos  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Aumento (diminuição) em outros ativos  | (6) (18)  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Aumento (diminuição) em outros passivos  | (107) (1.187)   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>   | <b>(1.571) (2.368)</b>  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Dividendos recebidos   | 197.062 360.417   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>  | <b>197.062 360.417</b>  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Dividendos pagos   | (195.481) (358.151)   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>   | <b>(195.481) (358.151)</b>  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>  | <b>10 (101)</b>   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>   | <b>306 406</b>  |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Transação que não afetou o caixa</b>  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| Reversão de dividendos   | 305.695 101.609   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| (c) Reserva legal e de retenção de lucros  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.  |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| (d) Ajustes de avaliação patrimonial   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxa de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Informação da investida em 31 de dezembro de 2020</b>   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Patrimônio líquido</b>  | <b>Resultado do exercício</b>   |  | <b>Percentual de participação (%)</b>    |  | <b>Resultado de equivalência patrimonial</b> |                                | <b>Saldo de investimento</b>     |   |             |             |
| Hejoassu Administração S.A.  | 42.393.359  | (1.663.356)                              | 25,00                                    | (415.839)                                    | 1.287.138                                    | 10.598.340                     | 10.153.260                       |   |             |             |
| Outros investimentos   |   |  |  |  |  | 6                              | 6                                |   |             |             |
| <b>Total dos investimentos</b>   |   |  |  |  |  | <b>10.598.346</b>              | <b>10.153.266</b>                |   |             |             |
| (b) Dividendos   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R\$ 95.731, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R\$ 99.750, correspondente a   |   |  |  |  |  |                                |                                  |   |             |             |
| <b>Maria Helena Moraes Scripilliti</b>   | <b>Clóvis Ermirio de Moraes Scripilliti</b>   | <b>Carlos Eduardo Moraes Scripilliti</b> | <b>Regina Helena Scripilliti Velloso</b> | <b>Maria Helena de Moraes Scripilliti</b>    |  |                                |                                  |   |             |             |
| Presidente   | Diretor   | Diretor                                  | Diretora                                 | Noschese                                     | Diretora                                     |                                |                                  |   |             |             |
|  |   |  |  | Paulo Midena                                 |  | Contador - CRC 15P.171.463/O-9 |                                  |   |             |             |

**VISITE NOSSAS LIVRARIAS:**

- livraria.imprensaoficial.com.br - Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 - 2ª a 6ª das 9h as 18h

